

A POLÍTICA NUM MICRO-ESTADO

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, OU OS CONFLITOS PESSOAIS E POLÍTICOS NA GÊNESE DOS PARTIDOS POLÍTICOS*

"Quem tem padrinho na cozinha não passa fome"
Provérbio santomense

Após cinco séculos de colonialismo, São Tomé e Príncipe declarou a sua independência em 1975. Condicionado pelo contexto histórico do processo da descolonização nos anos setenta, o jovem país tornou-se um Estado de partido único, cuja ideologia e estrutura política foram derivadas do modelo soviético. Por volta de 1984, quando o regime de então percebeu que a sua opção política fracassara, o afastamento sucessivo da economia centralizada e dos antigos aliados socialistas começou a tornar-se uma realidade. Finalmente, o partido único auto-liquidou-se concebendo uma constituição democrática modelada no exemplo português que foi aprovada por referendo popular em 1990. As primeiras eleições multipartidárias ocorreram em Janeiro de 1991. Devido a uma crise política, as segundas eleições legislativas foram antecipadas para Outubro de 1994. Ambas as eleições estiveram isentas de irregularidades e foram honestas. Por duas vezes o partido vencido aceitou a derrota nas urnas. Não há presos políticos desde esta mudança. A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são uma realidade. Neste artigo pretendemos estudar as origens das diferentes formações políticas em São Tomé e Príncipe.

Algumas particularidades DO PAÍS

Com uma superfície de somente 1 000 km² e uma população total de cerca de 120 000 habitantes, São Tomé e Príncipe pertence à categoria dos micro-Estados. As dimensões geográficas e demográficas reduzidas e a própria insularidade por si desempenham um papel importante entre os

* Agradecemos Doutor Luciano Caetano da Rosa pela correcção do texto português. [Note de la rédaction : cet article n'a pu prendre en compte la tentative de coup d'État d'août 1995].

factores que estão na base das características deste país. Para o nosso tema é indispensável considerar também alguns aspectos históricos que deram forma às suas próprias particularidades.

Na altura da chegada dos Portugueses nos fins do século XV, o arquipélago muito provavelmente não era habitado. Os primeiros moradores eram colonos portugueses, crianças judias, degredados e escravos do continente africano. O resultado deste encontro da cultura portuguesa e das várias heranças culturais africanas foi a criação de uma cultura crioula com os seus próprios costumes e línguas. São Tomé é uma sociedade plural onde o processo de criouliização continua. Pode-se distinguir os Forros, a maioria dos crioulos de origem luso-africana em São Tomé, os antigos contratados de Angola, Cabo Verde e Moçambique e os seus descendentes chamados Tongas, assim como a pequena comunidade dos Angolares. Os Angolares são descendentes de antigos escravos fugidos das plantações de cana-de-açúcar no século XVI.

Contrariamente ao continente africano, nas duas ilhas nunca houve uma instituição política précolonial como o soba ou o chefado, muito menos clivagens étnicas ou uma cultura bélica. Igualmente nunca existiu uma propriedade comunal de terras, mas a propriedade particular. As regras de filiação e de herança são indiferenciadas. A poliginia é muito comum, porém as várias mulheres não vivem no mesmo lar, como acontece em sociedades vizinhas. A maioria da população é católica, mas existem também outras igrejas cristãs. Além disso, há vários cultos e crenças de origem africana.

Desde o seu povoamento as ilhas foram caracterizadas pela economia de plantação. O cacau dominou a economia desde o fim do século XIX. Até há pouco, 86 % da superfície agrícola total encontrava-se na posse das grandes plantações que foram nacionalizadas pouco depois da independência, enquanto os pequenos agricultores dispunham de menos de 5 % da superfície agrícola. Porém, com a distribuição de terras no âmbito da privatização iniciada em 1993, esta proporção mudou. Um total de 20 000 hectares de terras serão distribuídas durante o programa em curso. Com a distribuição das terras tenciona-se criar uma camada significativa de pequenos agricultores que quase não existia devido à economia de plantação.

Perante o seu aspecto físico, uma população crioula negra e uma economia de plantação, São Tomé e Príncipe manifesta muitas características parecidas às Caraíbas. Todavia, há também duas diferenças marcantes. Contrariamente às Caraíbas, São Tomé e Príncipe não permitiu a emergência de pequenos agricultores nem se desligou das influências africanas, porque depois da abolição da escravatura a imigração de africanos continuou sob o eufemismo de "contratados". Desde a independência, os confins coloniais dos grupos sócio-culturais distintos constituintes da sociedade santomense confundiram-se. Contudo, ainda existe uma divisão espacial entre as comunidades nas "roças", como se chamam as plantações nas ilhas, e os bairros e vilas, tendo as pessoas consciência das suas origens étnicas diferentes, mas isso não cria rivalidade política e muito menos qualquer conflito violento.

A EMERGÊNCIA DA CLASSE POLÍTICA

Os Africanos estiveram activos na política local desde o século XVI. Já em 1517 os primeiros escravos foram libertos e em 1528 um decreto real permitia que negros livres privilegiados fossem eleitos para a Câmara municipal de São Tomé. Devido à segunda colonização do arquipélago e à expansão das plantações pelos Portugueses depois da independência do Brasil em 1822, os nativos foram marginalizados económica e politicamente. A fim de defender os interesses dos nativos, membros da elite crioula fundaram em 1911 a "Liga dos interesses indígenas", uma das primeiras organizações nacionalistas africanas. Quinze anos mais tarde o então governador de São Tomé proibiu esta organização alegando que a Liga se tinha desviado dos fins para que fora criada. Em 1939, Forros proeminentes criaram uma associação cultural e desportiva, o "Sporting Clube de São Tomé". No decorrer dos anos o Sporting tornar-se-ia num centro de nacionalismo santomense. Em Fevereiro de 1953 informações segundo as quais a administração colonial pretendia forçar os Forros a trabalhar nas roças para resolver o problema da mão-da-obra na Província, provocou uma revolta espontânea dos Forros. À ordem do governador Carlos Gorgulho (1945-1953) a Polícia indígena apoiada pelos colonos e contratados reprimiu a rebelião com grande brutalidade massacrando centenas de pessoas. Muitos dos posteriores nacionalistas ou os seus pais foram vítimas e testemunhas daquela violência. Não admira que os graves acontecimentos de Fevereiro de 1953 tenham dado um grande impulso à causa dos nacionalistas. Finalmente, o primeiro movimento de libertação foi criado no ano da independência africana, em 1960. Naquela altura dois estudantes santomenses em Portugal, Miguel Trovoada (nascido em 1936) e João Guadalupe de Ceita (nascido em 1929) passando as suas férias em São Tomé, junto com Leonel d'Alva (1935), António (Oné) Pires dos Santos (1931) e outros amigos locais, resolveram fundar o Comité de libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP). Miguel Trovoada foi então indicado como representante do grupo no exterior. Em 1961 ele participou, juntamente com representantes do MPLA, do PAIGC e da UDENAMO no primeiro congresso da denominada *Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas* (CONCP) em Casablanca.

Como as condições geopolíticas não permitiram uma implantação do CLSTP nas ilhas, muito menos uma luta armada, os seus dirigentes apenas fizeram agitação política a partir do exílio na arena diplomática. No início dos anos sessenta, Miguel Trovoada, nomeado presidente do CLSTP, e o médico Dr. Carlos Graça (nascido em 1931) permaneceram em Libreville (Gabão), enquanto uma outra facção composta por Guadalupe de Ceita, António Pires dos Santos, Virgílio Carvalho (nascido em 1938) e outros se encontrava a convite do presidente Kwame Nkrumah em Acra (Gana). As duas facções estiveram divididas sobre a questão da sede do movimento e envolvidas em conflitos pessoais. Enquanto a facção em Libreville enviava esporadicamente um comunicado para São Tomé, o grupo em Acra emitiu a sua propaganda através da Rádio Gana para as ilhas. Em 1965 tendo a facção em Acra acusado Trovoada de levar uma vida faustosa e de delapidação dos fundos do movimento afastou-o da direcção do Comité.

Em 1966, o golpe de Estado que derrubou Nkrumah também pôs fim à perma-nência do CLSTP no Gana forçando os activistas ali residentes a dispersar para vários países. Miguel Trovoada como professor e Carlos Graça como médico dedicaram-se à sua vida profissional no Gabão. Somente em 1972 os nacionalistas santomenses se reuniram de novo em Santa Isabel (Malabo, Guiné Equatorial) constituindo o Movimento de libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Naquela reunião, em que estiveram presentes nove pessoas, a maioria recusou-se a aceitar a liderança de Miguel Trovoada. Consequentemente, Manuel Pinto da Costa (nascido em 1937), recém-doutorado em economia em Berlim Leste, foi eleito secretário geral do movimento. Como naquela altura ele era o único que não estava zangado com nenhum dos outros, surgira como candidato de compromisso. Todos os outros participantes, a saber : Leonel d'Alva, Miguel Trovoada, Carlos Graça, José Fret Lau Chong, João Torres (nascido em 1925), Guadalupe de Ceita, António Pires dos Santos e Alexandrina Barros, se tornaram membros do Bureau político do MLSTP.

Contudo, antes do 25 de Abril de 1974, o MLSTP não realizou quaisquer acções políticas em São Tomé. A subdelegação da Direcção geral da segurança (DGS) em São Tomé, a sucessora da PIDE a partir de 1969, que aparentemente nem sequer tinha conhecimento da fundação do MLSTP, constatou no seu relatório quinzenal em Dezembro de 1973 : "Embora não sejam muitas as informações que nos chegam do exterior, temos a impressão de que o CLSTP está inactivo ou desorganizado." Nem sequer meio ano antes do início da luta pela independência nas próprias ilhas, julgando os santomenses, o mesmo relatório diz :

"O povo nativo, indolente por natureza, não o julgamos com capacidade nem astúcia para tomar qualquer iniciativa. Baseado em preconceitos antigos, acredita cegamente no feitiço, classificando-o como uma arma eficaz na ruína ou na prosperidade de qualquer lar. E assim vive o seu dia a dia, sempre desconfiado, reconhecendo o talento do europeu" (1).

Logo após o 25 de Abril que tinha criado o espaço para a acção política no terreno, esse talento foi posto em dúvida. Dentro de um ano os 2 000 Brancos nas ilhas regressariam à metrópole devido às perturbações políticas. Apanhada de surpresa pelo golpe do MFA na metrópole, a direcção do MLSTP mudou a sua sede para Libreville onde foi apoiada pelo presidente Omar Bongo. Mal preparado e desconfiando da administração colonial, o MLSTP decidiu não entrar em São Tomé. Em vez disso, os dirigentes encarregaram um membro em Lisboa, o advogado Gastão d'Alva Torres (nascido em 1929), de mobilizar os estudantes santomenses em Portugal a fim de fazerem agitação nas ilhas favorável à independência total e pelo reconhecimento do MLSTP como único representante do povo santomense por parte do governo português. Em meados de Junho, foi criado em São Tomé a "Associação cívica pró-MLSTP" e logo a seguir chegaram de Lisboa vinte e tal estudantes politizados pelas ideias do pan-africanismo, poder negro, marxismo e maoísmo. O próprio MLSTP era quase desconhecido em São Tomé naquela altura. Entre os estudantes encontravam-se Noberto Costa Alegre (nascido em 1951), Filinto Costa

(1) A DGS em São Tomé, *Relatório n° 23*, Dezembro de 1973, Arquivo Nacional do Torre de Tombo, Lisboa.

Alegre (nascido em 1952), Carlos Tiny (1950), Olegário Tiny (1954), Albertino Bragança (1944), Alda Bandeira (1949), Armindo Vaz (1953), Manuel Vaz Fernandes (1953). Dirigentes da Cívica eram Daniel Daio (1947) que tinha servido no exército colonial em Angola e Alda Graça Espírito Santo (1926), uma professora e poetisa que pertence à família santomense mais destacada naquela época. Foi nessa altura que Alda Graça Espírito Santo, António Espírito Santo, Pedro Umbelina e Gastão Torres foram integrados no bureau político do MLSTP.

Graças à militância do seu núcleo de jovens estudantes, a Cívica conseguiu mobilizar os trabalhadores das roças e a população em geral realizando comícios, paralizações, greves e boicotes. Este grande êxito criaria rivalidades com os dirigentes em Libreville, que tinham estado fora do país há mais de dez anos. Quando nos fins de Julho de 1974, chegou a São Tomé o novo Governador, António Pires Veloso, ele foi recebido por uma multidão de milhares de pessoas convocadas pela Cívica sob a palavra de ordem "Independência total, ça qua cû pôvô mécê" (2). Em Setembro, as perturbações provocaram dois incidentes, em que morreram dois Santomenses, as únicas vítimas da luta pela independência no arquipélago. Os jovens cívicos muitas vezes portaram-se de forma radical e elitista. Também deram mostras de um certo ultra-nacionalismo quando desconfiaram de jovens mulatos que queriam participar na luta.

Já em Maio, um grupo de funcionários públicos moderados, em torno de um professor português, fundara a Frente popular livre (FPL) a qual defendia uma federação com Portugal. Dirigentes da FPL eram Maria do Carmo Bragança (nascida em 1939), Manuel Pontífice (1930) e Orlando Graça (1936). Denunciados como reacionários, neo-colonialistas e inimigos do povo pelos seus adversários, os militantes e simpatizantes da FPL foram intimidados e marginalizados. Após um encontro da sua liderança com a direcção do MLSTP em Libreville no mês de Agosto de 1974, a FPL dissolveu-se e os seus membros integraram-se no MLSTP. Finalmente, nos fins de Setembro, começaram em Libreville negociações entre o governo português e o MLSTP. Em 26 de Novembro de 1974, as duas partes assinaram na capital argelina o Acordo de Argel que regula as modalidades para a independência do país, cuja data foi fixada para 12 de Julho de 1975. A delegação do MLSTP era composta por Miguel Trovoada, José Fret, Pedro Umbelina e Gastão Torres. Neste acordo o governo português reconheceu o MLSTP como único e legítimo representante do povo de São Tomé e Príncipe. Um governo de transição asseguraria, juntamente com um alto comissário, a sua execução. O Alto comissário mantinha o comando sob as forças Armadas sediadas nas ilhas. Quanto ao contingente dos militares nativos, o governo português concertaria com o MLSTP as medidas de ordem administrativa julgadas convenientes. Em 21 de Dezembro, no dia de São Tomé, entrou em funções o governo de transição constituído da parte do MLSTP por Leonel d'Alva, Primeiro ministro ; Alda Graça Espírito Santo, ministra da Educação e Cultura ; Carlos Graça, ministro dos Assuntos Sociais ; Gastão Torres, ministro da Justiça e do

(2) "Independência total, é o que o povo merece".

Trabalho ; Pedro Umbelina, ministro da Comunicação Social. Os outros dirigentes decidiram ficar em Libreville até à data da independência.

Contudo, devido a um conflito sobre a dissolução da tropa nativa, os cento e tal soldados da companhia de caçadores 7, esses dirigentes regressaram antecipadamente a São Tomé em 17 de Março de 1975. Em Fevereiro, o bureau político tinha decidido por unanimidade dissolver os "Caçadores 7" a fim de substituí-los por uma milícia popular. Era consensual que a tropa nativa comandada por Albertino Neto, o marido de Maria do Carmo Bragança (ex-FPL), estava ligada à reacção e poderia dar um golpe de Estado. Reagindo a esta decisão, Pires Veloso, que entretanto ocupava o cargo de alto comissário, declarou que nunca consentiria que esta tropa fosse dissolvida. Além disso, ameaçou com a retirada de toda a ajuda económica de Portugal. Perante esta posição de força de Pires Veloso, em 15 de Março, o bureau político em Libreville decidiu que imediatamente todos os seus membros entrariam no país, menos Guadalupe de Ceita, António Pires dos Santos e Miguel Trovoada, os quais deveriam ir a Lisboa para informar o governo português sobre a situação criada, pedindo a dissolução da tropa nativa. Trovoada, porém, não embarcou alegando uma doença. Quando os outros dois chegaram a Lisboa, as autoridades portuguesas recusaram-se a recebê-los em consequência duma intervenção do alto comissário e porque não tinham uma credencial assinada pelo secre-tário geral Pinto da Costa.

Chegada a São Tomé, a maioria dos dirigentes do movimento aceitou a posição de Pires Veloso, enquanto, Gastão Torres e Pedro Umbelina, apoiados pelo núcleo estudantil da Cívica, insistiram na dissolução da tropa. Em 19 de Março, o MLSTP convocou um grande comício presidido por Pinto da Costa no centro da cidade de São Tomé para esclarecer a situação perante a população. Naquele comício, Pinto da Costa e os seus aliados conseguiram ganhar a simpatia da multidão que apupou os ministros Gastão Torres, Pedro Umbelina e os jovens cívicos. No dia seguinte, foi orquestrado um disparo de dois tiros perto da casa do Primeiro ministro Leonel d'Alva, em cujo rescaldo foram detidos por umas horas dois estudantes e o ministro Umbelina. Devido a este incidente, Gastão Torres e Pedro Umbelina resolveram deslocar-se a Lisboa. Também a maioria dos estudantes se viu forçada a deixar o país. Pouco antes da sua partida no dia 28 de Março, o bureau político composto dos nove restantes membros decidiu demitir os dois ministros. Nos dias seguintes, a facção vitoriosa realizou comícios em todo o país a fim de consolidar o seu poder. O radicalismo e alguns excessos dos Cívicos em torno de Gastão Torres tinham aliado uma grande parte da população facilitando a sua exclusão do poder. Finalmente, Gastão Torres ficaria para sempre como advogado em Lisboa, Pedro Umbelina voltaria à Suécia, António Pires dos Santos chegaria a Madrid enquanto Guadalupe de Ceita foi o único que regressou a São Tomé. Um grupo de Cívicos, entre os quais Filinto Costa Alegre, Noberto Costa Alegre, a sua esposa Alda Bandeira e Manuel Vaz foram a Moçambique onde foram hospedados pela FRELIMO graças a uma carta de Alda Graça Espírito Santo. Outros voltaram a Portugal continuando os seus estudos universitários.

A IA REPÚBLICA (1975-1990)

Na altura da independência, Pinto da Costa foi eleito presidente pelo bureau político que nomeou como ministros do governo, entre outros, Daniel Daio, Administração pública ; Leonel d'Alva, Coordenação económica ; Carlos Graça, Saúde e Assuntos sociais ; Miguel Trovoada, primeiro ministro e Negócios estrangeiros ; José Fret, Informação ; Alda Espírito Santo, Educação e Cultura popular. Perante a falta dos quadros nacionais formados para gerir a administração e a economia do jovem Estado, as condições para o desenvolvimento eram péssimas. Não obstante, desde o princípio que conflitos políticos e a competição pelo poder deixaram outros aspectos na sombra e tiveram como resultado final a instalação da autocracia de Pinto da Costa. Em Janeiro de 1977, durante uma missão na ex-RDA, Carlos Graça demitiu-se do governo e do MLSTP porque discordou com a opção pela orientação socialista e exilou-se novamente no Gabão. No mesmo ano, nove cidadãos acusados de tentativa de golpe de Estado foram presos e subsequentemente condenados até 16 anos de prisão pelo Tribunal especial para actos contra-revolucionários criado nos fins de 1975. Em Setembro de 1978, um destes presos políticos, Loreno da Mata, foi assassinado na prisão. Ele foi o único preso político morto durante o regime de Pinto da Costa. Já em Março desse ano, Albertino Neto, o primeiro comandante do exército santomense, a sua esposa Maria do Carmo, Orlando Graça, José Fret e três outros foram detidos sob a acusação de serem agentes do imperialismo e de terem tentado assassinar o chefe do Estado. Nessa altura os acusados foram interrogados por três elementos da Segurança, dos quais dois eram cubanos. Perante a alegada ameaça pelo imperialismo, Pinto da Costa solicitou a ajuda das tropas angolanas que permaneceriam no país até 1991. Em Março de 1979, o Tribunal especial presidido por Francisco Fortunato Pires (nascido em 1948) condenou os réus Albertino Neto, Maria do Carmo e Orlando Graça a 21, 15 e 4 anos de prisão respectivamente. José Fret foi absolvido, enquanto Carlos Graça foi condenado à revelia a 24 anos de trabalho forçado.

Numa reunião tumultuosa do Conselho coordenador (o antecessor do Comité central) nos fins de Setembro do mesmo ano, Trovoada foi acusado de ter conhecimento da tentativa de assassinato do presidente Pinto da Costa, assim como de incitamento à revolta popular contra o recenseamento no mês anterior. Acusado pela maioria como inimigo do povo e traidor, Miguel Trovoada sucumbiu durante a sessão. Depois de estar preso 21 meses sem processo e sem julgamento, Miguel Trovoada foi libertado em Julho de 1981 na sequência de vários protestos internacionais. É interessante que ele nem sequer três meses antes da sua própria detenção tivesse assinado o decreto-lei introduzindo a pena de morte para os crimes de mercenarismo, sabotagem económica e conspiração com o imperialismo. Aliás, a pena de morte nunca chegou a ser aplicada. Nessa época, a cooperação privilegiada particularmente com Cuba e a ex-RDA levou o regime a ajustar a sua política interna e externa cada vez mais às posições destes "aliados naturais". Nos fins de 1981, o então ministro da Defesa e Segurança nacional, Daniel Daio, foi demitido por Pinto da Costa sob o

pretexto de não ter comunicado uma revolta no Príncipe. No início do ano seguinte, os dirigentes Daniel Daio, Leonel D'Alva e Evaristo Carvalho (nascido em 1942) apresentaram a sua demissão do bureau político protestando contra a intolerância crescente e a confiscação dos bens de três comerciantes acusados de sabotagem económica. Subsequentemente, Leonel d'Alva exilou-se em Cabo Verde. Depois do afastamento progressivo dos seus antigos companheiros da luta, Pinto da Costa substituiu-os com dirigentes cujo maior mérito era a sua fidelidade pessoal a ele. Entre eles encontravam-se alguns parentes e os comissários políticos, os duros do regime, antigos funcionários públicos sem formação superior que receberam a sua socialização política sob a orientação de Pinto da Costa logo após a independência.

Em 1983, Carlos Graça assumiu o cargo de presidente da Frente de resistência nacional de São Tomé e Príncipe (FRNSTP), que congregou muitos dos opositores ao regime do MLSTP. A FRNSTP instalou-se no Gabão onde foi apoiada pelo presidente Bongo. Naquela altura, depois de terem concluído os seus estudos, os antigos Cívicos já tinham regressado ao país ocupando vários cargos na administração pública. Alguns deles, nomeadamente Carlos Tiny, Armindo Vaz e Manuel Vaz, aceitaram cargos políticos e, ao contrário aos outros cívicos integraram-se nas fileiras do MLSTP. Carlos Tiny, tendo apenas trinta anos foi nomeado ministro da Saúde em 1980. Ainda nos fins de 1975, a Armindo Vaz foi concedida por Pinto da Costa uma bolsa para Cuba. Em Janeiro de 1983, com somente 29 anos de idade, ele foi nomeado ministro do Trabalho. Manuel Vaz que em 1976 tinha ido de Moçambique para Portugal onde concluiu os seus estudos de direito, ocupou a pasta da Justiça com igual idade no mesmo governo. Sem que estivessem ligados à antiga Cívica, também faziam parte deste grupo Rafael Branco (nascido em 1953), que ocupou a pasta de Educação e Cultura desde 1980 e foi embaixador junto da ONU em Nova Iorque a partir de 1984, assim como o jurista Guilherme Pósser da Costa (nascido em 1953), nomeado director dos Assuntos políticos do ministério dos Negócios estrangeiros em 1982 e ministro da Cooperação em 1988. Esta nova geração dentro do MLSTP não tinha nada a ver com a velha geração dos históricos nem com os chamados duros do regime. Estes jovens políticos, que deviam a sua ascensão ao partido único e ao seu presidente, tornar-se-iam precursores da mudança do regime.

A reorientação política do regime começou em 1984 quando Pinto da Costa pela primeira vez confessou publicamente que tinha cometido erros graves no passado. Em Maio do ano seguinte, Pinto da Costa encontrou-se pela primeira vez com Carlos Graça em Libreville afirmando-lhe a intenção de promover uma abertura política. Subsequentemente, em 1986, Carlos Graça demitiu-se de presidente da FRNSTP. Durante mais um encontro em Nice, em 1987, Pinto da Costa prometeu-lhe o cargo de Primeiro-ministro. Porém, quando Carlos Graça regressou a São Tomé em Janeiro de 1988, teve de contentar-se com a pasta dos Negócios estrangeiros, visto que o bureau político recusara a sua nomeação como Primeiro ministro.

A MUDANÇA

Ao mesmo tempo, o grupo em torno de Rafael Branco (os chamados "Renovadores") finalmente apoiado por Pinto da Costa, pressionou pela democratização dentro do partido único. Ainda não se falava do multipartidarismo. No início de 1989, o Comité central do MLSTP anunciou uma Conferência nacional para o segundo semestre do ano que também estaria aberta a independentes. De 5 a 7 de Dezembro de 1989 reuniram-se quinhentos delegados do MLSTP e opositores na Conferência nacional em São Tomé. Graças às pressões dos independentes, entre os quais Filinto Costa Alegre e Dr. Guadalupe de Ceita, os participantes manifestaram-se por fim a favor da introdução do multipartidarismo. O impulso para a transição em São Tomé não foi consequência da pressão popular, mas mais o resultado da pressão de intelectuais dentro e fora do partido e dos países doadores ocidentais, sobretudo a França e os Estados Unidos da América. Seguindo um dos Renovadores, "todo o processo de abertura democrática foi levado a cabo dentro das estruturas do regime de partido único contra a vontade, muitas vezes expressa, da maioria dos membros" (3).

Três dias após a Conferência nacional, dez dos participantes, nomeadamente Guadalupe de Ceita, Pedro Rita, João Bonfim (nascido em 1955), Daniel Daio, Arzemiros dos Prazeres (1958), os antigos cívicos Filinto Costa Alegre, Alda Bandeira e Albertino Bragança, assim como os então ministros Oscar Sousa (1951) e Agapito Mendes Dias (1953), reuniram-se na casa do último constituindo o "Grupo de reflexo" (GR). Nessa reunião foi combinado que cada um dos presentes recrutasse mais dez pessoas a fim de alargar a base do GR. Poucos dias depois, o GR conseguiu realizar pela primeira vez uma grande reunião política. Foi o primeiro grupo opositor ao regime que começou a organizar publicamente as suas acções. O Dr. Guadalupe de Ceita tornou-se o primeiro coordenador do GR, a que aderiram cada vez mais opositores ao MLSTP. Como o GR não dispunha de um candidato próprio que fosse capaz de vencer Pinto da Costa nas eleições presidenciais, em Abril de 1990 Evaristo Carvalho e Daniel Daio foram a Lisboa para convidar Miguel Trovoada a enfrentar o seu antigo companheiro de luta. Desta reunião Miguel Trovoada surgiu como candidato da mudança para as presidenciais. Em seguida, o Dr. Guadalupe, que não sabia deste encontro antes, deixou o GR. Diferentemente de Carlos Graça, Trovoada não tinha aceite os convites de Pinto da Costa, recusando integrar-se no partido único. Em 30 de Maio de 1990, depois de quase nove anos de exílio em Paris, Miguel Trovoada regressou a São Tomé onde foi recebido por uma imensa multidão. Em Julho, também voltou ao país Leonel d'Alva integrando-se no GR. De 3 a 4 de Novembro, o GR realizou o seu congresso com seiscentos participantes, constituindo-se como Partido de convergência democrática (PCD-GR). O congresso elegeu Daniel Daio como secretário geral e Leonel d'Alva como presidente do PCD-GR.

No primeiro trimestre de 1990 apareceu em São Tomé a Coligação democrática da oposição (CODO), constituída pela FRNSTP e dois outros pequenos grupos de exilados em Lisboa. Os seus dirigentes foram Albertino Neto e Maria do Carmo Bragança, amnistiados por Pinto da

(3) Rafael BRANCO, *Considerações Preliminares sobre o Estado pós-colonial em São Tomé e Príncipe, o Estado Pós-colonial na África de Língua Oficial Portuguesa*, Bad Homburg/Alemanha, 4 a 9 de Novembro de 1991.

Costa em 1982 e 1980 respectivamente. O partido CODO também apoiou a candidatura de Miguel Trovoada para as presidenciais.

O MLSTP foi reconstituído nos meados de Outubro de 1990 quando a designação Partido social-democrata lhe foi acrescentada indicando a sua ligação com o novo aliado, o PSD português. Sob proposta de Pinto da Costa e contra a resistência dos duros, o Dr. Carlos Graça foi eleito secretário geral do MLSTP/PSD. Os Renovadores apoiaram a sua candidatura com a condição de que ele os consultasse em todas as decisões. Um deles, Armindo Vaz, tornou-se secretário geral adjunto do partido. Nem sequer metade dos membros do antigo Comité central foi reeleita para o novo Conselho nacional. Em Novembro, Pinto da Costa, receando a sua derrota nas presidenciais, retirou a sua candidatura, declarando que abandonaria a política activa.

Nas eleições legislativas de Janeiro de 1991 o MLSTP/PSD foi surpreendido. Tendo obtido somente 21 assentos, o ex-partido único foi derrubado pelo PCD-GR que ganhou 33 dos 55 assentos na Assembleia nacional. O lugar restante foi ganho pelo CODO. O Conselho nacional do PCD-GR nomeou Daniel Daio como Primeiro ministro, enquanto Leonel d'Alva foi nomeado candidato à presidência da Assembleia nacional. Noberto Costa Alegre, Alda Bandeira, Olegário Tiny, Albertino Bragança, João Bonfim e Oscar de Sousa tornaram-se ministros do governo de Daniel Daio. Filinto Costa Alegre foi eleito líder do grupo parlamentar do PCD-GR. Nenhum dos amigos de Trovoada foi nomeado para um alto cargo. Em Março, como único candidato e com uma abstenção de 40 %, Miguel Trovoada foi eleito Presidente com 82 % dos votos. Desde o princípio começou uma luta pelo poder entre o presidente Trovoada e o PCD-GR. Aparentemente, a aliança entre os dois existia apenas por razões de tática eleitoral, porque durante a campanha precisavam um do outro. Desde os acontecimentos em 1975 que sempre houve uma certa desconfiança entre Miguel Trovoada e os antigos Cívicos. O conflito latente rebentou quando o presidente demitiu Daniel Daio por alegadas razões constitucionais em Abril de 1992. Em seguida, cinco adeptos de Miguel Trovoada deixaram a bancada do PCD-GR. Simultaneamente, juntamente com outras pessoas próximas a Trovoada, algumas das quais os seus assessores na presidência, constituíram a Acção democrática independente (ADI), realizando o próprio projecto político do Presidente. Entre os dirigentes do ADI encontram-se o seu filho Patricio Trovoada (nascido em 1962), os seus assessores Arlindo Pereira Gomes (1950) e Gabriel Costa, assim como José Fret e os irmãos Carlos Neves e Edgar Neves (1955). Desde então, a política do país foi dominada pelo conflito entre o Presidente e o partido governante cuja base legal é a constituição semi-presidencial que concede ao chefe de Estado certos direitos executivos. A base principal do conflito foi a divergência sobre a instalação de uma zona franca em São Tomé. Enquanto Trovoada estava a favor duma proposta a tal respeito duma empresa francesa exigindo direitos exclusivos na zona, o PCD-GR recusava a proposta, porque não servia os interesses nacionais. Finalmente, em Julho de 1994, Trovoada exonerou o Primeiro ministro Noberto Costa Alegre, nomeado em Maio de 1992, por alegada falta de lealdade nalgumas acções do governo, dissolveu o Parlamento e anunciou eleições antecipadas para Outubro. Nestas legislativas, o MLSTP/PSD obteve uma grande vitória, ocupando 27 assentos na Assembleia nacional, indo 28 assentos repartidos

em números iguais entre o ADI e o PCD-GR. O CODO perdeu o único lugar que detinha. As eleições foram marcadas por uma abstenção de 48 % dos 56 000 eleitores inscritos.

Carlos Graça tornou-se Primeiro ministro. O seu governo conta com dez ministros, entre os quais todos os Renovadores, com a excepção de Carlos Tiny que tinha saído do país em 1990. Um dos antigos duros, Francisco Fortunato Pires, foi eleito presidente da Assembleia nacional.

CONCLUSÃO

Segundo os seus estatutos, programas e ideologia, os partidos políticos não diferem consideravelmente. A direcção de todos os partidos é constituída por pessoas pertencentes à elite de origem forro. Tanto os pais da velha geração de políticos santomenses, como os da nova geração vêm da mesma camada social, sendo funcionários públicos, empregados de comércio, enfermeiros, guarda-livros ou pequenos proprietários. Não há partidos que tenham emergido com base em diferenças sócio-económicas nem em divisões sócio-culturais. Por um lado, os trabalhadores nas roças constituíram uma "comunidade fluente", instável, até à independência e ainda não recuperaram o seu atraso em termos de ensino e formação, impedindo a capacidade organizativa. Por outro lado, a sociedade crioula tem a capacidade de integrar os grupos minoritários. Portanto, podemos distinguir os partidos pela história dos seus dirigentes cujos conflitos pessoais e políticos estão na base da sua formação. Não são igualmente em primeiro lugar considerações políticas que influenciam uma pessoa a aderir a um ou outro partido. Lealdades políticas são muitas vezes extensões de lealdades entre amigos ou familiares.

Na pequena sociedade santomense, a política é inevitavelmente muito personalizada. Dentro da elite local, a maioria das pessoas conhece-se mutuamente e mantêm relações directas. Muitos políticos estão ligados por laços de parentesco ou foram antigos colegas na escola. Por exemplo, Miguel Trovoada e Manuel Pinto da Costa foram amigos desde a infância. Juntamente com Leonel d'Alva e sete outros, ambos foram enviados para um seminário em Angola em 1951. Alda Graça Espírito Santo é cunhada de Manuel Pinto da Costa. Leonel d'Alva, Gastão Torres e os irmãos Noberto e Filinto Costa Alegre são primos direitos. Daniel Daio é casado com uma irmã dos irmãos Costa Alegre. Durante o regime de Pinto da Costa a tática de discriminar entre revolucionários e contra-revolucionários desaveio famílias e parentes. Ele próprio protegeu os seus familiares e nomeou os seus irmãos Henrique, Agostinho, Tomé e Jaime para altos cargos.

Um tal ambiente recorda as características da micro-política : acções políticas implicam principalmente relações pessoais baseadas no contacto individual em vez de relações indirectas e administrativas através de intermediários, como numa grande sociedade. Devido às dimensões reduzidas, também a distância espacial entre governados e governantes é muito reduzida. É fácil encontrar um parente num partido ou no governo. Todos sabem onde moram os membros do governo e muitos cidadãos conhecem pormenores da sua vida privada. Qualquer cidadão tem acesso

fácil a um ministro ou ao próprio chefe do Estado. É até comum encontrar um membro do governo ou um alto representante do Estado na rua, na discoteca ou numa festa religiosa sem quaisquer sinais visíveis do seu estatuto social. Não obstante e perante a ausência de outras oportunidades, tornar-se ministro ou director na administração do Estado é muitas vezes o principal caminho da ascensão social e da acumulação. Uma tal função dá acesso a certas regalias como um carro com gasolina gratuita, uma residência, viagens para o estrangeiro. Caso seja possível, os subsídios da missão oficial de serviço pagos em divisas são muitas vezes poupados a fim de comprar mercadorias fora para a sua comercialização em casa. Muitas vezes, responsáveis utilizam o acesso a fundos públicos para se gratificarem pessoalmente ou aos seus familiares e amigos. Um provérbio local diz : "Quem tem padrinho na cozinha não passa fome". Neste contexto, até os partidos políticos são vistos como uma associação de socorro mútuo. Muitos militantes aproximam-se regularmente das sedes dos partidos pedindo apoio ou empréstimos para resolver os seus problemas pessoais. Não admira que, neste ambiente, também o voto do eleitor pode depender do apoio pessoal imediato recebido de um ou outro candidato ou partido. E, vice-versa, a distribuição de ofertas a indivíduos e comunidades faz parte da campanha eleitoral dos partidos.

Janeiro de 1975

Gerhard SEIBERT

Centre of Non-Western Studies, Leiden University